

Proposto para publicação no Diário de Notícias, 5 Fev 02

Pela reforma do Ensino Superior

O Ministério da Educação lançou a discussão pública deste tema com um documento intitulado “A declaração de Bolonha e o sistema de graus de Ensino Superior – Bases para uma discussão” que foi divulgado a 9 de Novembro p.p. Este texto e várias declarações avulsas posteriores do Prof. Pedro Lourtie, Sec. de Estado do Ensino Superior, apontam para a inevitabilidade da extinção de um dos nossos graus iniciais, o Bacharelato ou a Licenciatura. Como seria impensável degradar todos os licenciados do último século a um nível de Bacharelato (com este nome ou outro) a solução óbvia é a simples extinção do Bacharelato e o encurtamento da Licenciatura. Provavelmente todos estaremos de acordo em que os possuidores de um título de Bacharel deverão passar a ser considerados como licenciados já que a nova licenciatura poderá coincidir ou não estar muito afastada do actual bacharelato. Antecipando a discussão pública desta matéria, o parecer do CRUP de 17 de Abril de 2001 apontava para uma solução compatível com a que agora se sugere: Teríamos licenciaturas de 4 anos com algumas excepções onde a “especificidade” da disciplina ou os compromissos internacionais de definição do perfil profissional o exijam. As universidades ficarão satisfeitas por não terem de mudar muito; os politécnicos verão com bons olhos a sua promoção pela concessão de graus com o mesmo formato das universidades e pelo seu acesso à nova pós-graduação. O Governo poderá obter uma solução consensual interna que exhibirá a sua vontade de se modernizar imitando “o que de melhor se faz lá fora”! Pelo canto do olho poderá ainda espreitar umas economias pela redução dos cursos, sendo de esperar que as universidades e os politécnicos possam produzir mais licenciados em menos tempo e com um orçamento menor. Terá sido feita uma grande reforma para o novo milénio sem aumentos de custos nem os traumas que vimos na vizinha Espanha pelo Natal (embora nos Reis já ninguém os recordasse!). Será que só falta completar o ritual da discussão pública para se dar por ganha a legislatura com uma lei revolucionária que não altera o *status quo* neste país de Doutores e Engenheiros? O assunto é mais sério e merece melhor reflexão! Reconhecida a baixíssima competitividade da economia portuguesa não podemos perder a predisposição de todos os parceiros interessados nesta área para introduzir uma reforma que proponha um salto qualitativo bem necessário ao nosso sistema de Ensino Superior depois de decénios de expansão nas condições possíveis. Se não for aproveitada esta oportunidade bem poderemos começar a ver os nossos melhores jovens a procurar formação noutras paragens (são já 3% e em crescimento rápido, segundo dados do Eurostat) sem que o fluxo inverso descole da linha base (não passa agora de um oitavo daquele número). A discussão pública deveria centrar-se numa análise calma de alguns problemas do nosso Ensino Superior e na formatação de uma reforma bolonhesa que seja pensada em Portugal para os problemas portugueses. É

exactamente esta a estratégia seguida em países onde reformas importantes e, por vezes, radicais foram introduzidas para aperfeiçoar os seus sistemas e, secundariamente, atingir os objetivos muito consensuais da Declaração de Bolonha. Apesar de ser um dos grandes impulsionadores do processo de Bolonha, a França manteve intacto o seu sistema muito complexo e heterogéneo de Ensino Superior. Simplesmente introduziu o curioso neologismo *Mastaire* para as formações pre-existentes com 5 anos (depois de *DEUG* em 2 anos, da *Licence* no 3º ano e da *Maitrise* no 4º ano). Com o *DEA* universitário passa-se a possuir um *Mastaire* semelhante ao de um aluno saído de uma *Grande École* depois de 2 anos de *cours préparatoire* (no *Lycée*) e de 3 anos de *Ingénieur*. Espera assim ganhar a almejada comparabilidade para melhorar a penetração dos seus diplomados no mercado de trabalho internacional. Mas não parece ter pensado em eliminar toda a sua teia complexa de instituições ou de as forçar a um novo formato comum. É que o chamado sistema napoleónico foi entendido (especialmente) nos países latinos como significando uma formatação rígida do Ensino Superior, e esta mentalidade ainda perdura, enquanto que a França mantém desde Napoleão uma extensa e bem sucedida heterogeneidade. O sistema americano que Bolonha procura em larga medida imitar (obviamente, sem ter a coragem de o assumir) é ele próprio muito heterogéneo com formações muito diversificadas e de níveis extremamente variáveis. A re-denominação das *Polytechnics* em “*New*” *Universities* na Inglaterra de Thatcher não teve por objetivo nem por resultado a homogeneização. O sistema britânico é hoje mais heterogéneo e mais selectivo do que era nos anos setenta e, mesmo assim, universidades como Oxford e Cambridge ainda consideram seriamente a hipótese de se privatizarem para escapar mais ao espartilho governamental que é sentido pela via do financiamento.

Passemos a enumerar de forma sumária alguns dos problemas do sistema português em aspectos ligados com a estrutura de graus que uma reforma impulsionada por Bolonha poderia atenuar.

1. As formações superiores mais curtas – os bacharelatos – têm uma aceitação difícil em Portugal, embora a sua importância no mercado de trabalho seja universalmente reconhecida.
2. O baixo rendimento do ensino superior em Portugal é um problema endémico e tradicional, tal como noutros países do sul da Europa, mas deixou de ser tão bem tolerado como no passado.
3. É reconhecida a necessidade de reconversão das instituições para darem mais atenção ao “ensino ao longo de vida” e isto faz também parte da estratégia da actual equipa governamental. No entanto, uma alteração tão drástica na vocação das instituições não se consegue atirando-lhe dinheiro (apesar da felicidade momentânea que daí resulta) mas criando mecanismos que indirectamente induzam uma tal re-orientação de forma progressiva.

Como poderemos satisfazer os nossos empregadores sem desmontar a nossa estrutura de formação básica sólida e arriscar uma navegação à vista com pilotos académicos totalmente desconhecedores da costa? Tentemos o compromisso: Deixemos os nossos jovens de 18 anos

optar pelo curso que a sua cabeça ou o seu coração prefira, mas demos- lhes oportunidades dignas para ajustarem os seus objectivos a meio do caminho.

Se permitirmos às nossas universidades a criação de perfis profissionalizantes curtos com inserção obrigatória no mercado de trabalho (estágio) e as deixarmos competir pela atracção e selecção dos alunos veremos o milagre de venerandas academias terem convidados externos a apresentar aos nossos jovens um posto de trabalho real. Real e volúvel mas no ano seguinte já será outro o convidado a dar um outro treino para outra profissão.

A designação dos “novos” graus não é o ponto mais importante. Em lugar de revolucionar a nomenclatura para (provavelmente) manter os conteúdos intactos, seria bem melhor manter tanto quanto possível a estrutura formal actual e criar condições para a sua transformação interna. Estaremos no bom caminho para chegar a Bolonha se começarmos pelo Reino Unido! Um *B.A.* tipicamente de três anos assenta bem no nosso Bacharelato actual, mas temos de o tornar acessível a todos os estudantes do superior. Um *M.A.* de pelo menos quatro anos está bem para a nossa Licenciatura mas digamos que, na liguagem de Bolonha é um *Master*. Cuidado com as traduções! O nosso Mestrado foi inspirado pelo *M.Sc.* britânico e nada tem a ver com o *M.A.* Neste quadro, o Mestrado deixaria de ter lugar na estrutura formal de graus. Poderíamos emular os espanhóis e permitir às universidades a organização de Mestrados à feição das “titulações próprias” espanholas como o *Máster*. Para criar um espaço para uma formação profissional curta, autorizemos todos os alunos a mudar de instituição depois de dois anos de frequência (com um diploma similar ao *DEUG* francês) e autorizemos as universidades e politécnicos a criar profissionalizações com cerca de um ano conduzindo ao grau de Bacharel. Poderíamos assim baixar a nossa alta taxa de desistências e levar as instituições a aprender a profissionalizar.

José Ferreira Gomes
Universidade do Porto